



AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ESTUDO DE CASO NO IFNMG

FONSECA, K. A.¹; BORGES, A. M. C.²;

¹Mestra em Educação pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2019);

²Mestra em Administração pela Universidade FUMEC (2011);

Introdução

A avaliação do ensino é uma temática de grande relevância no cenário educacional do país. Com o intuito de avaliar os resultados e impactos dessa importante política pública, promovendo mecanismos de ampliação da qualidade, a avaliação das instituições de ensino superior (IES) do Brasil são definidas pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que tem por finalidade:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Além de possuir uma natureza formativa e de regulação, os processos avaliativos compõem um sistema que permite a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando a coerência conceitual e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. A avaliação também é vista como fundamental para retroalimentar o processo de planejamento, garantindo à gestão das instituições, informações seguras para a tomada de decisão (MAXIMIANO, 2000).

De modo complementar, o Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017 especifica todo o processo de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, incluindo neste caso, os Institutos Federais.

Os Institutos Federais foram criados pela Lei nº 11.892, de 19 de dezembro de 2008, integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPT e vinculam-se ao Ministério da Educação. São autarquias federais de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógica e voltados para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG surgiu como resultado da integração da Escola Agrícola de Salinas e Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária, sendo hoje com-



posto pelos Campi Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas, Teófilo Otoni, Campi Avançados Janaúba e Porteirinha. Além das unidades Reitoria, Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cead), Centro de Referência de Buritis, Centro de Referência de Corinto, 33 Polos da Universidade Aberta do Brasil e 108 Polos de Oferta Própria de educação a distância.

Materiais e Métodos

Identificada como pesquisa bibliográfica, esta pesquisa ocorreu a partir de levantamento bibliográfico de documentos institucionais disponíveis no portal da instituição sobre Avaliação Institucional. Possui ainda característica descritiva, pois têm como objetivo principal descrever os aspectos de determinada ocorrência, ou seja, a autoavaliação institucional do IFNMG, estabelecendo relações entre as variáveis existentes (GIL, 1991).

A escolha pelo estudo de caso se mostrou relevante porque se trata de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”, permitindo amplo conhecimento do ambiente definido para análise: o IFNMG (YIN, 2002).

Resultados e Discussão

O processo de autoavaliação institucional no IFNMG, no que se refere ao SINAES, busca realizar uma análise que apresente os pontos positivos e negativos da instituição, visando o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Tal processo acontece através da Comissão Própria de Avaliação - CPA, que em razão do seu formato multicampi, se estrutura a partir de subcomissões nos campi, campi avançados e Cead, composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário, com representantes discentes, docentes e técnico-administrativos, eleitos por seus pares, e, também, por representantes da sociedade civil organizada. Adicionalmente, é realizada uma eleição entre os presidentes das subcomissões para formação de uma comissão institucional, integrada por um presidente, um vice-presidente e um secretário, designado pelo(a) reitor(a) via portaria, conforme Regimento Geral do IFNMG.

Com esse formato e amparada por normativos internos, a CPA conduz e sistematiza o principal processo de avaliação institucional interna, baseada nos cinco eixos e nas dez dimensões propostas pelo SINAES, buscando verificar a efetividade acadêmica e social da instituição, disponibilizar informações relevantes ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e produzir relatórios anuais de avaliação.

A coleta de dados realizada pela CPA ocorre através de questionário eletrônico aplicado aos discentes, docentes e técnicos administrativos. O ciclo avaliativo é trienal, sendo: Ano 1: o Eixo 5: Infraestrutura física - Dimensão 7: Infraestrutura física; Ano 2: Eixo 1: Planejamento e Avaliação institucional - Dimensão 8: Planejamento e avaliação; Eixo 3: Políticas acadêmicas - Dimensão 2 Políticas para ensino, pesquisa e extensão - Dimensão 4: Comunicação com a sociedade - Dimensão 9: Política de atendimento aos discentes; e Ano 3: Eixo 2: Desenvolvimento institucional - Dimensão 1: Missão e PDI; Eixo 4: Políticas de gestão - Dimensão 3: Responsabilidade social da instituição - Dimensão 5: Políticas de pessoal.

Realizada a aplicação dos questionários pelas sCPA, os dados são enviados à CPA institucional para elaboração dos relatórios parciais anuais e do relatório final trienal. Os relatórios são en-



caminhados ao INEP até 31 de março de cada ano, seguido pela publicação no portal institucional e apresentação ao Colégio de Dirigentes (Codir) do IFNMG, com o objetivo de divulgar os resultados aos dirigentes dos campi, Cead e reitoria. Ademais, as sCPA, conforme regulamento próprio, são responsáveis por elaborar relatório correspondente aos resultados de seu campus/Cead, para fins gerenciais e para o processo de avaliação dos cursos superiores de sua unidade.

Considerações finais

A compreensão do processo de avaliação institucional com caráter formativo e de aprendizagem organizacional passa por uma mudança cultural nas organizações, uma vez que é costumeiro associar a avaliação à punição. Assim, tornar a avaliação um processo de autoconhecimento e melhoria de processos e entregas é um grande desafio também para o IFNMG. Por isso, esta pesquisa buscou apresentar uma análise sintética de um dos elementos relacionados à avaliação institucional: A autoavaliação.

O modelo utilizado no processo de Autoavaliação do IFNMG é pautado nas características e particularidades próprias da instituição. A ampla participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnicos-administrativos) são garantidos no formato das comissões, que são descentralizadas em razão de sua estrutura multicampi. Essa escolha de metodologia se apresenta como estratégia de ampliação do índice de participação da comunidade interna e externa, garantindo ações de sensibilização específicas em cada unidade do IFNMG.

As ações de publicidade e debate dos resultados se apresentam como capazes de subsidiar os dirigentes no processo de tomada de decisão, porém com restrições de abrangência. Pois, não foi percebido outro mecanismo de publicização, além do portal institucional, com capacidade de ampliar a todos os sujeitos participantes do processo de autoavaliação, conhecimentos relativos aos resultados levantados pela CPA, tão pouco, quais demandas foram atendidas segundo análise dos resultados dos relatórios produzidos.

Em razão da limitação da pesquisa, não foi possível verificar a eficiência do modelo adotado de autoavaliação. Espera-se contribuir ainda com pesquisas sobre a qualidade do questionário utilizado e as estratégias de sensibilização para participação da comunidade, fundamentais para o sucesso da política de autoavaliação de qualquer instituição.

Deste modo, este estudo buscou descrever o modelo de autoavaliação institucional adotado pelo IFNMG, que mostrou-se alinhado com as exigências do SINAES, mas restrito à produção de dados e informações relevantes para agentes externos de avaliação e para os dirigentes máximos da instituição pesquisada.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2004. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 25 Ago. 2023.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2008. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 23 Ago. 2023.

GIL, A. C.. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, R. K.. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.